

Calote e exclusão previdenciária

O impacto econômico e social da reforma previdenciária



Pedro Armengol – Secretário Adjunto de Relações do Trabalho da **CUT**

Reforma da previdência é um ajuste fiscal que impõe mais sacrifício à classe trabalhadora.

Deixa militares para depois e beneficia banqueiros, rentistas e agronegócio exportador.



- Praticamente inviabiliza a aposentadoria de milhões de pessoas.
- Rebaixa a curto prazo os benefícios dos aposentados.
- Prejudicará as famílias e o mercado interno.

Impacto da reforma na economia da maioria dos municípios brasileiros

Os comerciantes e as industrias que produzem para o mercado interno serão prejudicados com a queda do consumo, especialmente nos pequenos municípios.

Os benefícios dos aposentados giram a economia, geram renda e emprego e garantem o futuro de milhares de famílias pobres.

Ao inviabilizar aposentadoria no campo promoverá o êxodo rural, dificultando ainda mais manter jovens no campo.



Em cada município, aposentados, beneficiados pelo BPC, comerciantes, o povo do campo e da cidade precisam se unir e dar um arrocho nos deputados da região.

Capitalização ou repartição

- A substituição do regime de repartição pelo de capitalização está prevista no artigo 201-A. É o eixo da reforma e precisa ser derrubado.
- **Colocar a capitalização como alternativa ao invés de complemento é decretar o fim da previdência social.**
- Não haverá opção. Ou o trabalhador vai “optar” pela capitalização ou não será contratado.
- Chile, México, Perú e Colômbia revelam que o regime de capitalização produz exclusão previdenciária e rebaixamento de benefícios.



Acertando no coração do povo brasileiro

O artigo 201-A é o Cavalo de Tróia para destruir a previdência social. Caso aprovado, as consequências serão desastrosas como vemos no Chile hoje.

O Cavalo de Tróia vem acompanhado de muitos retrocessos. Por isto, não basta excluir o artigo 201-A. O disparo de Bolsonaro e aliados atinge a maioria do povo brasileiro. De fora, só os de cima e a alta classe média que vive de juros.

É preciso dizer que 60% dos trabalhadores urbanos que se aposentaram em 2014 por idade não se aposentariam se tivessem que cumprir 20 anos de contribuição.

A exclusão dos militares de todas as esferas da PEC mostra o engodo do discurso do governo Bolsonaro em relação ao combate aos privilégios.

A reforma desmonta o Sistema de Proteção Social brasileiro

O objetivo é entregar a Previdência pública brasileira aos **banqueiros**, aumentando a remuneração do capital especulativo e concentrando riqueza nas mãos de quem já tem muito.

Representa enorme retrocesso na garantia das condições mínimas de sobrevivência e na proteção dos trabalhadores e suas famílias.

Acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição, exige idade mínima para todos os segurados, independente das atividades que exercem.



Seguridade Social

é um conceito amplo de proteção social



Previdência Social
Contributiva



Assistência Social
Não Contributiva



Saúde
Não Contributiva

E ainda aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos. Essas exigências impõem uma verdadeira barreira para o acesso à aposentadoria.

Muda a regra de cálculo dos benefícios e reduz o valor a 60% da média das contribuições. Quem quiser se aposentar com 100% do valor dessa média, terá que trabalhar **e contribuir** por, pelo menos, 40 anos.

Uma reforma para banqueiros

Com o aumento da rotatividade e da informalidade será quase impossível aos trabalhadores se aposentar com o valor total do benefício a que teriam direito.

Os trabalhadores rurais não conseguirão mais se aposentar.

Será mais difícil ainda manter os jovens no campo e haverá enorme êxodo rural, aumentando ainda mais os problemas urbanos e a miséria nas periferias das cidades.



Professoras só poderão se aposentar a partir dos 60 anos, com tempo mínimo de contribuição de 30 anos. Aumento de 5 anos para homens e 10 para mulheres.

A pensão por morte será de 60% do valor mais 10% por dependente adicional.

Governo e banqueiros caloteiros

O sistema de segurança é fruto de um pacto entre gerações mediado pelo Estado.

Esta garantido na Constituição para que eventuais mudanças sejam amplamente discutidas e acordadas.

A desconstitucionalização é inaceitável, pois abre caminho para mudanças piores no futuro.

E também os que estão em vias de se aposentar, em face das draconianas regras de transição.

Bolsonaro e aliados estão naturalizando a mentira e dando enorme calote em seus eleitores.



Banqueiros, especuladores, latifundiários e setores empresariais estão acostumados da dar o calote na previdência. E agora querem institucionalizar o calote nos aposentados.

Crueldade e insanidade com idosos pobres

A PEC nº 6, de 2019 é cruel e desumana com os mais pobres e gera exclusão previdenciária.

Acaba com o BPC e cria uma renda mínima de difícil acesso R\$ 400,00 pobres entre 60 e 69 anos.

Hoje quem tem mais de 65 ganha 1 salário mínimo. Pela reforma, terão direito a este valor portadores de deficiencia e pobres com mais de 70 anos.



Não enfrenta pra valer o problema. Sem crescimento econômico e políticas públicas de distribuição de renda e forte combate aos sonegadores mais de 90% da população brasileira perde.

Ganham meia dúzia de banqueiros, de milionários e comensais rentistas, que vivem de dividendos não tributados.

É muita crueldade e ódio contra o povo.

Paguem os juros com impostos sobre a riqueza e dividendos dos milionários



- Os desafios demográficos e as transformações do mercado de trabalho precisam ser enfrentados com a reorganização da base de financiamento para aperfeiçoar a seguridade social.
- Meia duzia de milionários abocanham toda a riqueza produzida e quem paga os impostos são os de baixo. Os de cima que vivem de dividendos não são tributados.
- É urgente uma reforma tributária que seja justa com os mais pobres, que pagam muito mais impostos do que as classes mais favorecidas.
- É preciso combater a sonegação e tributar dividendos e a riqueza, reduzindo impostos sobre o consumo e a Folha de Pagamento.
- E acabar com a mamata das empresas deduzirem, para efeitos de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, os juros pagos ou creditados para cada titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

Jogar duro com sonegadores

As empresas pagam menos Imposto de Renda por meio da dedução do percentual dos sócios como despesa financeira.

- A sonegação é bilionária. A dívida é o triplo do déficit anual calculado pelo governo. Entre as devedoras, estão as maiores do país, como Bradesco, Caixa, Marfrig, JBS e Vale.
- Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, a reforma da Previdência Social ignora quase 500 bilhões não pagos.



Fica aqui uma
conclamação: divulguem
a lista dos maiores
devedores da previdência.
Muitos ficarão surpresos.